



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – DAEC
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – ARTIGO

FÁBIO GARCIA GUIMARÃES

**OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM
ESTUDO SOBRE O PRONAF NO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD/PB**

CAMPINA GRANDE – PB

MARÇO DE 2015

FÁBIO GARCIA GUIMARÃES

**OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM
ESTUDO SOBRE O PRONAF NO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD/PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Waleska Silveira Lira

CAMPINA GRANDE – PB

MARÇO DE 2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G963i Guimarães, Fábio Garcia
Os impactos das políticas públicas na agricultura familiar
[manuscrito] : um estudo sobre o Pronaf no assentamento Pequeno
Richard/PB / Fábio Garcia Guimarães. - 2015.
27 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Profa. Dra. Waleska Silveira Lira, Departamento
de Administração e Economia".

1. Políticas públicas. 2. Agricultura familiar. 3. PRONAF. I.
Título.

21. ed. CDD 338.1

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O PRONAF NO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD/PB

FABIO GARCIA GUIMARAES

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Waleska Silveira Lira

Avaliação: 10,0 (dez)

Aprovado em: 28/04/2014

Waleska Silveira Lira

Prof. Dra. Waleska Silveira Lira

Orientadora

Viviane Baneito Motta Nogueira

Prof. Dra. Viviane B. Motta Nogueira

Examinadora

Maria Dilma Guedes

Prof. Ms. Maria Dilma Guedes

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao final de mais essa etapa da minha vida, são muitas as pessoas que merecem o meu **MUITO OBRIGADO...**

Primeiramente gostaria de agradecer ao nosso **DEUS PAI TODO PODEROSO** por ter me dado força, coragem, por ter fortalecido minha fé e por estar sempre em minha vida me guiando e me protegendo. Que a ti Senhor seja dada toda honra e toda glória.

Gostaria de agradecer imensamente a minha mãe **Anaiza Garcia Guimarães** por ter feito de mim a pessoa que sou hoje, me passando valores e ensinamentos de vida e me mostrando sempre o caminho do bem. Agradecer por todos os esforços que fez e ainda faz por mim, por sempre acreditar e apoiar as minhas decisões, o meu **MUITO OBRIGADO.**

Agradecer também a minha tia **Maria do Socorro** que junto com minha mãe e minha avó, sempre me transmitiu os mais nobres valores que um ser humano pode passar para outro. A você, os meus mais **SINCEROS AGRADECIMENTOS.**

Não poderia deixar de expressar os mais sinceros agradecimentos aos meus amigos, os fieis e inseparáveis amigos **Luiz Júnior e Gilvan Lourenço** que sempre me incentivaram e estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida. A vocês os meus **SINCEROS AGRADECIMENTOS.**

Não poderia deixar de citar aqui a minha **querida turma 2010.2** pelos bons momentos que vivemos juntos ao longo desses quatro anos. Em especial, agradecer a **Sara Rayanne, Juliana Pereira, Laércio de Barros, Sandra Monique, Priscila Braga, Lidiane Rodriguês, Kelly Costa**, entre outros. Tenham a certeza que a nossa amizade irá muito além desses quatro anos de curso. **MUITO OBRIGADO** pela a amizade de vocês.

Agradecer também a **Universidade Estadual da Paraíba** que me abriu novas portas para o conhecimento e que me deu a oportunidade de me formar Bacharel em Administração. Agradecer aos professores que desempenham um papel fundamental na nossa formação com tanta dedicação e amor. Agradecer em especial à professora **Waleska Silveira** por todo auxílio que me deu ao longo desta jornada. **AGRADEÇO-OS PROFUNDAMENTE.**

E por último, porém não menos importante, agradeço (em memória) infinitamente a minha querida avó **CARMEM GARCIA** por ter feito de mim, junto com minha mãe, a pessoa que sou hoje, por sempre acreditar em mim e desejar a minha vitória. Onde a senhora estiver, saiba que minha gratidão e o meu amor serão eternos. **OBRIGADO POR TUDO MAINHA.**

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O PRONAF NO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD/PB

GUIMARÃES, Fábio Garcia¹

LIRA, Waleska Silveira²

RESUMO

Este estudo tem por objetivo geral analisar os impactos do PRONAF no assentamento Pequeno Richard/PB a partir de sua implantação. A pesquisa apresenta-se como sendo descritiva de caráter exploratório. Os dados foram coletados a partir de entrevistas com os atores sociais, utilizando-se um roteiro semi-estruturado baseado no modelo utilizado por Vargas (2012). A análise dos dados se deu por análise de conteúdo utilizando-se um conjunto de dimensões e variáveis que foram criadas especificamente para este estudo, baseadas nos objetivos do PRONAF. Observou-se impactos negativos em algumas das variáveis, tais quais: aumento da produção, cultivo de outros produtos, capacidade de geração de empregos, comercialização do excedente. Por outro lado, observaram-se impactos positivos na melhoria da qualidade de vida, nas condições de trabalho e no aumento da renda familiar. Dessa forma, ao término da pesquisa foi possível identificar impactos positivos do PRONAF, no assentamento Pequeno Richard, porém ainda existem lacunas e gargalos no programa que precisam ser melhorados para que o mesmo possa vir a atender em plenitude as necessidades dos agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, agricultura familiar, PRONAF.

ABSTRACT

This study has the objective to understand the PRONAF impacts on Small settlement Richard / PB from its implementation. The research is presented as being descriptive exploratory. Data were collected from an interview with the social actors, using a semi-structured interview based on the model used by Vargas (2012) in their study. Data analysis was made by content analysis using a set of dimensions and variables that were created specifically for this study, based on PRONAF objectives. It was observed negative impacts on some of the variables, such that: increased production, cultivation of other products, increased family income, ability to generate jobs, commercialization surplus. Moreover, it was observed positive effects in improving the quality of life, working conditions. Thus, at the end of the research was possible to identify positive impacts of PRONAF, the Little Richard settlement, but there are still gaps and bottlenecks in the program that need to be improved so that it can come to meet to the full the needs of family farmers.

KEYWORDS: Public Policy, family farms, PRONAF

¹ Graduando do Departamento de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: fabiogarciaguimaraes@hotmail.com

² Professora titular do Departamento de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba Doutora em Recursos Naturais

1 INTRODUÇÃO

O segmento da agricultura familiar apresenta características específicas na sua organização, como a utilização de mão-de-obra familiar, menor dimensão territorial da unidade produtiva e a lógica ou racionalidade camponesa está voltada em atender as demandas da própria família e não, de imediato, as necessidades do mercado. (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 199).

Considerada como uma das protagonistas da economia brasileira a agricultura familiar durante tempos ficou a margem das vistas do poder público, sem que houvesse parâmetros que a conceituasse e nem incentivos governamentais voltados para o seu fortalecimento.

As políticas públicas de financiamento implantadas pelo governo direcionavam-se apenas para os grandes produtores rurais que atendiam ao mercado de exportação, pois estes apresentavam menor risco de inadimplência. “Os incentivos do Estado brasileiro ao setor agrícola foram concentrados no segmento das grandes propriedades rurais, fortalecendo a produção voltada ao mercado externo (...)”. (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014, p. 140). Essa era uma grande problemática, dentre tantas, que permeava a categoria de trabalhadores rurais.

É nesse cenário que surge em 1995, inicialmente como uma linha de crédito o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (PRONAF), cujo foco principal de acordo com Magalhães et al (2005, p. 58) era promover um desenvolvimento sustentável dentro da agricultura familiar possibilitando uma alta no nível de produtividade, garantindo um aumento da renda e geração de empregos no campo. Foi a partir de 1996, por meio do decreto de nº 1.946 de 28 de junho, que o PRONAF passa a configurar-se como um programa federal de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar através da concessão de créditos a juros bem abaixo do mercado, e inserindo os beneficiários em categorias cuja classificação baseava-se na renda bruta anual oriunda exclusivamente das atividades agrícolas.

De acordo com o censo agropecuário de 2006 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), o Nordeste possui cerca de 2.187.295 estabelecimentos rurais de base familiar e a Paraíba cerca de 148.077. Dados do Relatório Anual do Banco do Nordeste (2012) mostram mais de 400.000 contratações de créditos destinados a agricultores de baixa renda, sendo que, 81% dessas contratações foram feitas por trabalhadores agrícolas que sofriam com o problema da seca em 2012.

Diante desse panorama da agricultura familiar brasileira, vários estudos já foram realizados no sentido de avaliar a efetividade do PRONAF. A exemplo, tem-se o estudo de, Magalhães et al (2005), Muller (2007), Rocha (2008) e Tolentino (2013). Damasceno et al (2011) verificou baixo nível de sustentabilidade entre beneficiários e não beneficiários e mesmo havendo impactos positivos, estes não promoveram um aumento da renda e do emprego na Região estudada. Vargas (2012) ressalta que mesmo com uma taxa de juros bem abaixo do mercado, o PRONAF não tem conseguido atender a todas as necessidades dos agricultores familiares. Zani e Costa (2014) destacam que o entrave do PRONAF reside na deficiência de assistência técnica

Considerando esse panorama, evidencia-se a necessidade de estudos que busquem analisar os impactos do PRONAF no assentamento Pequeno Richard/PB que faz parte do projeto de Assentamento da Reforma Agrária. Com sua sede localizada no município de Campina Grande, o assentamento possui hoje um total de cinquenta famílias assentadas e uma área total de 1.210,1589 hectares. (INCRA³, 2014).

Desse modo, tem-se como base teórica o estudo realizado por Vargas (2012), buscando responder a seguinte questão: Quais os impactos da política pública PRONAF na agricultura familiar no assentamento Pequeno Richard/PB? Buscando responder tal

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

questionamento, o estudo tem como objetivo geral analisar os impactos do PRONAF no assentamento Pequeno Richard/PB.

Sendo assim, o artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: introdução, com uma abordagem geral do tema destacando o problema e os objetivos da pesquisa; fundamentação teórica resgatando os conceitos de políticas públicas, agricultura familiar e traçando um panorama do PRONAF; metodologia, detalhando todos os procedimentos metodológicos da pesquisa; análise dos resultados contendo a sistematização e análise dos dados obtidos; conclusão, contendo um parecer final da pesquisa e por fim o referencial bibliográfico apresentando todos os estudos que serviram de base teórica para a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentro de qualquer sociedade existem questões e problemáticas que dificultam a implementação de quaisquer ações que visem o desenvolvimento e crescimento socioeconômico de determinada localidade. Esses entraves podem ser de caráter educacional, social, cultural, econômico entre outros. É preciso, nesses casos, a intervenção do Estado propondo medidas que busquem sanar essas questões para que assim, se possa garantir uma maior equidade dentro da sociedade como um todo e a partir daí promover uma diminuição da desigualdade social tão presente nos dias atuais, seja em países desenvolvidos, como também, e principalmente, em países em processo de desenvolvimento.

A intervenção governamental se faz por meio da criação das chamadas Políticas Públicas que são criadas com o objetivo de traçar um plano de ação para nortear o andamento das atividades sociais e o alcance dos objetivos comuns a todos dentro de um convívio social. Para que se proceda a criação de tais políticas, é necessário um estudo detalhado, por parte do Estado, com o propósito de identificar onde estão os gargalos sociais que estão impactando o desenvolvimento social de determinada localidade.

É importante ressaltar que a criação de políticas públicas dar-se-á a partir da iniciativa do poder público, juntamente com a participação e intervenção direta dos atores sociais, pois são estes os que sentem na pele todas as consequências e dificuldades que surgem em decorrência da ausência de tais políticas dentro das várias esferas da sociedade. Desse modo, o Estado tem sim o dever de propor melhorias e implementar ações que busquem equacionar todas (se não todas, pelo menos grande parte) as mazelas sociais. Entretanto, o mesmo não pode por si só traçar tais ações por conta própria sem antes consultar a população e saber quais são as suas maiores necessidades e anseios e em quais setores o governo poderia estar intervindo para propiciar uma melhora na qualidade de vida da população e um maior bem-estar social.

Uma vez tendo sido feito todo um estudo acerca das necessidades da população e ouvidos todos os atores sociais tem-se a criação da então política pública que surge com a finalidade de equacionar as problemáticas identificadas pelo governo e expostas pela sociedade. No entanto, o problema social não está solucionado apenas com a identificação e implementação da política pública. Torna-se necessário que haja uma constante avaliação desta política para que seja possível analisar o seu funcionamento e ver se os objetivos traçados para a mesma estão sendo alcançados.

Nesse sentido, Zani e Costa (2014) no estudo por eles realizado, destaca a existência de duas perspectivas que se propõem a fazer essa análise, são elas: a top-down e a bottom-up. A primeira lança mão de um enfoque avaliativo tomando como referência os idealizadores e

implementadores das políticas, seguindo uma sequência hierárquica até chegar à base onde estão os atores sociais. A corrente top-down busca avaliar até que ponto as ações traçadas caminharam de acordo com o que foi estabelecido dentro do plano original.

Os estudiosos da abordagem top-down, majoritariamente prescritiva, iniciam a análise sobre as políticas públicas nos níveis centrais do processo de tomada de decisão, com foco sobre os indivíduos revestidos de autoridade legal para a formulação de programas, e descem pela estrutura hierárquica visando a examinar em que grau os objetivos traçados foram alcançados e o nível de fidelidade da implementação em relação ao desenho da política. (NAJAM, 2005 apud ZANI; COSTA, 2014, p. 892).

Posteriormente, no início da década de 1980, dissemina-se outra perspectiva de pensamento acerca do que tange as formas de avaliar as políticas públicas. Ganha força a partir da década de 80 a chamada bottom-up, metodologia de avaliação que busca avaliar e analisar o andamento das políticas públicas implementadas à luz dos vários atores sociais envolvidos. Essa abordagem avaliativa possibilita visualizar que determinadas políticas podem não obter o desempenho esperado no que tange aos objetivos traçados não por alguma falha ou por algum ponto que deixou de ser contemplado em seu processo de formulação, mas sim, pelo fato de que pode haver vários fatores que podem contribuir para um desalinhamento dos objetivos inicialmente estabelecidos.

Monteiro (2004); Najam (1995) e Sabatier (1986) apud Zani e Costa (2014, p. 892) dizem que:

A perspectiva *bottom-up* critica o foco excessivo que sua antecessora concedia ao núcleo central das tomadas de decisões e à estrutura racional-legal da organização, tendendo a negligenciar as interações organizacionais e os demais atores envolvidos na ação governamental ou a considerá-los simplesmente com empecilhos à implementação.

Torna-se então essencial, a partir do que foi exposto, o entendimento conceitual do que venha a ser uma Política Pública destacando sua importância e as contribuições que estas trazem para sanar todas as patologias de uma sociedade sejam elas social, educacional, cultural, entre outros.

Parte-se agora em busca de uma definição ou de pelo menos, tentar definir o que venha a ser uma Política Pública. Essa é uma questão de ordem bastante subjetiva uma vez que, dentro da literatura específica, existem várias definições pra tal termo de acordo com a visão de vários teóricos da área das ciências sociais. Para Grisa (2012, p. 30): “Esta é uma questão sobre a qual já se debruçaram diversos autores, e cuja resposta, no entanto, continua sendo objeto debates (...)”. Como exemplo de estudiosos que se debruçam sobre essa temática das políticas públicas, a autora supracitada cita Secchi, 2010; Lascoumes e Les Galés, 2009; Muller, 2009; Souza, 2006; Muller e Sured, 2004.

Conforme Muller e Sured (2004), não raro, as definições são genéricas e de difícil apreensão, como por exemplo. ‘política pública é tudo o que o Governo decide fazer ou não fazer’, ou ainda, ‘uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico’. (GRISA, 2012, p. 31).

Souza (2006, p.26, apud VELOSO, 2011, p. 16) traça de forma resumida uma definição para o termo Política Pública quando diz que:

Pode-se, então resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produziram resultados ou mudanças no mundo real.

Políticas Públicas seria então um conjunto de ações estratégicas criadas e implementadas pelo Governo em parceria com a sociedade com a finalidade de buscar solucionar as problemáticas sociais que impossibilitam o bem-estar da sociedade, bem como, o seu crescimento e desenvolvimento. Entende-se também, não como sendo apenas a criação, mas também, com sendo a análise e remoldagem de políticas já existentes promovendo assim, uma manutenção e adequação destas as novas realidades sociais no intuito de sempre assegurar a sua eficiência e efetividade.

Uma vez estabelecido um entendimento do que são políticas públicas e quais as suas finalidades dentro do contexto social, o próximo tópico irá tratar sobre agricultura familiar, um tema de grande relevância dentro do cenário socioeconômico do país e que tanto carece de políticas específicas que sejam voltadas para o fortalecimento e crescimento deste seguimento da economia brasileira.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar esteve, em um dado período, à margem dos olhos das políticas públicas brasileiras que são voltadas a este setor da economia. Diante da tamanha falta de atenção, os trabalhadores agrícolas inseriam-se assim, em formas precárias de trabalho no campo sem nenhuma atenção do Governo no sentido de promover um incentivo ao desenvolvimento de suas atividades.

Pereira e Nascimento (2014, p.140) revelam bem o panorama de outrora da agricultura familiar no tocante a falta de assistência por parte do Governo e até mesmo, na ausência de parâmetros que conceituassem tal segmento de trabalhadores. Estes dizem que:

(...) a agricultura familiar esteve historicamente excluída do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, (...). Além da ausência de delimitação conceitual do agricultor familiar, imprescindível para promovê-lo a público-alvo de políticas públicas, (...), os incentivos do Estado brasileiro ao setor agrícola foram concentrados no segmento das grandes propriedades rurais, fortalecendo a produção destinada ao mercado externo (...).

A agricultura familiar hoje em dia representa uma importante mola propulsora da economia brasileira, sendo ela, responsável por parte do crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, isso por que: “Todos os anos, a agricultura familiar movimenta bilhões de reais no País, (...). Além disso, contribui para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural.” (DAMASCENO et al, 2011, p. 130).

Foi diante dessa expressiva importância que começou a surgir a partir da década de 90, cobranças por parte do seguimento de trabalhadores que desenvolvem atividades econômicas na área rural no que diz respeito a criação de políticas governamentais que fossem direcionadas para as várias problemáticas que assolam e permeiam essa categoria de trabalhadores. Tais políticas são de suma importância, pois atuam diretamente nos entraves que impossibilitam o crescimento e o desenvolvimento das atividades rurais no Brasil.

Os trabalhadores que atuam no seguimento rural passaram a ser definidos de agricultores familiares a partir da Lei n° 11.326 de 24 de julho de 2006 que, de acordo com a referida legislação, em seu Art. 3º, entende-se como sendo agricultores e empreendedores rurais familiares àqueles trabalhadores que desenvolvem atividades rurais; que não detenham, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais; que utilizem predominantemente mão-de-obra familiar em seu estabelecimento rural; que possuam renda originada

predominantemente da atividade econômica vinculada ao próprio estabelecimento e dirijam juntamente com os membros da família o seu estabelecimento.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), o último censo agropecuário realizado em 2006 verificou que o Brasil possui um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área total de 329.941.393 hectares. Do total desses estabelecimentos, 4.367.902 são de base familiar o que representa 84% do total no país, e ocupam uma área de 80.250.453 hectares ou 24% da área dos estabelecimentos de todo o país. No tocante a estabelecimentos de base não-familiar, o Brasil possui cerca de 807.587 estabelecimentos ocupando uma área total de 249.690.940 hectares, ou seja, uma área bem maior quando comparada com a dos estabelecimentos de base familiar. A área média dos estabelecimentos rurais brasileiros, de acordo com o censo de 2006, era de apenas 18,3 hectares, número bastante inferior se comparado com os estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar que chegavam a 313 hectares.

Com um total de 2.454.006, a região Nordeste brasileira concentra a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares, são cerca de 2.187.295 estabelecimentos que desenvolvem atividades agrícolas de base familiar, ocupando uma área de 28.332.599 hectares. Cerca de 50% de todos os estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil estão localizados na citada região, e 35% da área total ocupada com estabelecimentos agropecuários localiza-se também na região nordeste. Estabelecimentos de base não-familiar são aproximadamente 266.711 ocupando uma área de 47.261.842 hectares área está, bem maior quando comparada com a área ocupadas pelos agricultores familiares. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE, 2006).

Segmentando ainda mais os resultados do último censo agropecuário realizado em 2006 pelo IBGE, verifica-se que o Estado da Paraíba concentra um total de 167.272 estabelecimentos agropecuários onde estes ocupam uma área total de 3.782.878 hectares. Desse total, 148.077 estabelecimentos e 1.596.273 hectares são de agricultores de base familiar representando respectivamente 88,52% e 42,19% do total. No que se refere aos estabelecimentos de base não-familiar tem-se um total de 19.195 estabelecimentos ocupando uma área, bem maior que em relação aos de base familiar, de 2.186.605, o que dá um percentual respectivo de 11,47% e 57,72%.

Diante de tudo que foi retratado no tocante à agricultura familiar, torna-se evidente a necessidade de criação de um programa governamental que venha a equacionar as problemáticas que afligem a categoria de trabalhadores rurais no Brasil. O tópico seguinte tratará especificamente de uma política pública que foi criada voltada exclusivamente para este seguimento de trabalhadores, qual seja o Pronaf, destinado a promover o desentrelaçamento e o crescimento e desenvolvimento rural brasileiro.

2.3 PRONAF

Sendo a agricultura familiar um dos pilares de sustentação econômica de muitas famílias que sobrevivem da atividade rural, é extremamente relevante que se tenha um olhar mais focado para este segmento de trabalhadores do campo no que concerne a criação de Políticas Públicas com o propósito de solucionar dificuldades e entraves que impactam o crescimento e o desenvolvimento econômico e social dessa categoria.

A partir do momento em que se tem assegurada a continuidade dessas atividades, bem como também, o seu fortalecimento, tem-se conseqüentemente a criação de novos postos de trabalho no meio rural e uma melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares,

promovendo dessa forma, maior permanência dos trabalhadores no campo e diminuindo assim o êxodo rural.

Diante da tamanha importância da agricultura familiar dentro do cenário econômico do país, o Governo passa a buscar mecanismos que diminuam a desigualdade no campo e que propiciem uma melhora na qualidade de vida das famílias que tiram seu sustento das atividades rurais. Desse modo, surge em 1995, inicialmente assumindo os moldes de linha de crédito, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, conhecido como PRONAF cujo objetivo principal era: “(...) promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, com vista a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda desses agricultores.” (MAGALHÃES; SILVEIRA NETO; et al, 2005, p. 58).

Foi a partir de 1996 que o Pronaf configurou-se como um programa governamental de incentivo a agricultura familiar passando assim a inserir-se no Orçamento Geral da União. Por meio do Decreto de nº 1.946 de 28 de junho de 1996 o PRONAF assumiu os moldes de uma Política Pública Governamental voltada para o seguimento de agricultores familiares, tendo a consolidação de suas normas através da Resolução nº 2.310 de 29 de agosto de 1996, vinculando-se assim, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Relatório de Resultados e Impactos Exercício de 2012 – primeiro semestre, p. 32).

O PRONAF surge no cenário rural com a missão de proporcionar um apoio econômico ao segmento de trabalhadores do campo e equacionar a problemática da escassez de crédito a estes trabalhadores. De acordo com o relatório anual de Banco do Nordeste de 2012, a agricultura de base familiar “representa 92,7 % dos estabelecimentos rurais, correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,8 milhões de ocupadas na agricultura.” (RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO NORDESTE, 2012, p. 17).

Ainda de acordo com o relatório do Banco do Nordeste, em 2012 foram mais de 460.000 contratações de créditos com público de baixa renda, principalmente agricultores familiares. Esse montante de contratações resultou em mais de 2 milhões de reais em financiamentos. É possível observar esses números na tabela a baixo.

Tabela 1: Contratações do PRONAF em 2012

PRONAF – CONTRATAÇÕES MODALIDADE EM 2012 (R\$ milhões)		
Modalidade	Quantidade	Valor
Pronaf A	3.101	59,3
Pronaf AC	979	3,9
Pronaf B	227.107	549,6
Pronaf B – linha especial Seca 2012	148.366	367,6
Pronaf Renda Variável	8.254	82,4
Pronaf – Mais-Alimento	6.458	165,6
Semiárido	2.551	25,8
Mulher	400	4,6
Jovem	47	0,4
Floresta	124	1,9
Pronaf Eco	35	0,8
Pronaf – linha especial Seca 2012	69.269	764,4
Pronaf C	866	2,7
Agroindústria	8	0,2
Procir – Pronaf (Lei nº 12.716/2012)	334	3
Total	467.899	2.032,20

Fonte: relatório anual 2012 do Banco do Nordeste.

Um outro ponto que norteia a criação do PRONAF é a possibilidade de integrar os agricultores familiares em outras Políticas Públicas do Governo Federal que permitam não apenas o acesso a créditos a baixas taxas de juros, mas também, levar ao conhecimento deles a existência de outras Políticas que asseguram o seu desenvolvimento socioeconômico enquanto trabalhador rural, o acesso a infraestrutura e a assistência técnica. Dessa forma, eles terão subsídios e conhecimentos suficientes para poder maximizar os níveis de produção e a renda e, dessa forma, adquirirem uma melhora na qualidade de vida como um todo.

O público-alvo do PRONAF é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, aos bônus de adimplência, ao público-alvo e as finalidades dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da previdência rural. (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2012 – primeiro semestre, p. 33).

Para proporcionar uma distribuição da renda do PRONAF de maneira igualitária, adota-se uma metodologia de classificação do público alvo da referida Política Pública segmentando-o nas seguintes categorias: PRONAF A, PRONAF A/C, PRONAF B (Microcrédito Produtivo Rural), PRONAF Agricultura Familiar Renda Variável. Dentro da modalidade de crédito especial destacam-se: PRONAF Agrinf, PRONAF Agroindústria, PRONAF Floresta, PRONAF Semiárido, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Agroecologia, PRONAF ECO e PRONAF mais alimentos.

O PRONAF A engloba os agricultores familiares que já são beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), como também, agricultores familiares que não obtiveram recursos oriundos nem do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e nem do então PRONAF. (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2012 – primeiro semestre, p. 33).

No PRONAF A/C, gozam dos benefícios de créditos rurais todos os trabalhadores rurais que adquiriram posse de terra por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária sem que seja levada em consideração a renda bruta anual proveniente da atividade produtiva no campo.

No PRONAF B utiliza como critério de classificação a renda bruta anual dos agricultores, advinda de suas atividades agropecuárias em seus estabelecimentos rurais. Tal renda bruta anual não deve ultrapassar R\$ 6 mil reais.

O PRONAF Agricultura Familiar – Renda Variável (comum), surgido a partir da junção dos grupos C, D e E do PRONAF, engloba agricultores que possuem renda bruta anual entre R\$ 6 mil reais e R\$ 110 mil reais provenientes tanto de atividades exercidas dentro como fora da propriedade rural e por qualquer membro da família. Dentro desse intervalo de renda, considera-se excluídos proventos oriundos de outros programas sociais, a exemplo do bolsa família, bolsa escola, bem como também, de origem previdenciários (aposentadoria e pensão). Por se tratar de um grupo que apresenta renda variável, existe uma taxa de juro para cada faixa de renda bruta que vai de 1,5% até 5% ao ano.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No tocante a presente pesquisa, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico com o propósito de conhecer mais a fundo o objeto de estudo, no caso a política pública PRONAF, os seus beneficiários e os trabalhadores rurais de base familiar. A pesquisa bibliográfica, também conhecida como fonte secundária de dados diz respeito a: “(...) toda

bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses (...). (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

Em se tratando de uma pesquisa de campo, o estudo apresenta-se na forma de uma pesquisa descritiva de caráter exploratório que de acordo com Lakatos e Marconni (2003, p.188.): “são estudos que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo para o caso onde são realizadas análises empíricas e teóricas”.

A pesquisa também se caracteriza como qualitativa. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário de perguntas abertas, baseado no modelo utilizado por Vargas (2012). A análise dos dados foi através da técnica de análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2006, p. 38, apud MOZZATO; GRZIBOVSK, 2011, p. 734) corresponde a:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

O universo foi constituído das famílias do assentamento, a amostra foi por acessibilidade, constituída de duas das quatro famílias pronafianas existentes no assentamento o que vem a corresponder a 50% do universo da pesquisa.

Para a análise dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo, estruturou-se, tomando como base os objetivos do PRONAF, um conjunto de dimensões e variáveis com o propósito de identificar se com a implantação do PRONAF no assentamento houve ou não impactos significativos. A dimensão, **capacidade produtiva antes e depois do PRONAF** busca, através das variáveis condições de trabalho, aumento da produção e cultivos de outros produtos, verificar impactos de melhorias nesses aspectos após a utilização dos recursos do PRONAF. Já a dimensão **geração de empregos** tenta verificar por meio da variável capacidade de geração de empregos após o PRONAF, se houve ou não aumento dos postos de trabalho no estabelecimento agrícola da família beneficiada. A dimensão **renda** busca identificar se houve ou não aumento da renda familiar após o PRONAF, por meio da análise das variáveis, comercialização do excedente em feiras livres ou parcerias com supermercados e aumento da renda familiar após o PRONAF. Quanto à dimensão **crédito**, busca-se analisar como se dá o acesso ao crédito, se existem dificuldades para se conseguir o acesso ao crédito, como se dá a forma de pagamento e se existem, na visão dos beneficiários, pontos que podem ser melhorados no programa. Na dimensão, **contribuição do PRONAF para melhorar a qualidade de vida**, busca-se identificar os pontos que apresentaram melhorias e se o programa está conseguindo atender as necessidades de seus beneficiários, por meio da variável capacidade de atendimento das necessidades. Tais dimensões e variáveis encontram-se estruturadas na tabela 2 na página seguinte.

Quadro 1: conjunto de dimensões e variáveis para avaliação do PRONAF

CAPACIDADE PRODUTIVA ANTES E DEPOIS DO PRONAF	GERAÇÃO DE EMPREGO	RENDA	CREDITO	CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA
CONDIÇÕES DE TRABALHO	CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGOS NA UNIDADE FAMILIAR	COMERCIALIZAÇÃO DO EXCEDENTE EM FEIRAS LIVRES OU PARCERIAS COM SUPERMERCADOS	DIFICULDADES PARA A CONCESSÃO DO CRÉDITO.	PONTOS QUE APRESENTARAM MELHORIA.

AUMENTO DA PRODUÇÃO	APÓS O PRONAF	AUMENTO DA RENDA FAMILIAR APÓS O PRONAF	ACESSO A OUTRA LINHA DE CRÉDITO	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES.
CULTIVO DE OUTROS PRODUTOS			FORMA DE PAGAMENTO DO PRONAF	
			PONTOS QUE PODEM SER MELHORADOS NO PRONAF	

Fonte: elaboração própria a partir dos objetivos do PRONAF

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA: ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD/PB

A pesquisa se deu na comunidade Pequeno Richard que faz parte do projeto de Assentamento da Reforma Agrária no Brasil. Existem no Estado da Paraíba cerca de 302 projetos da Reforma Agrária e uma área total de 284.554,1781 hectares para fins de assentamento com capacidade para alocar 14.740⁴ famílias. Com sua sede localizada no município de Campina Grande, o assentamento Pequeno Richard foi criado em 04 de novembro de 2008 por meio da Portaria n° 38, mediante processo de desapropriação que se deu em 18 de maio de 2005. O assentamento conta hoje com um total de cinquenta famílias assentadas o que vem a corresponder à sua capacidade máxima e possui uma área total de 1.210,1589 hectares. (INCRA, 2014).

4.1.1 Aspectos Socioeconômicos

Quanto aos aspectos socioeconômicos, é possível verificar que em ambos os casos a renda principal da família provem de benefícios governamentais, tais quais bolsa família e benefício de aposentadoria. Quanto à faixa etária, observou-se uma diferença considerável uma vez que a entrevistada A tem 29 anos de idade e a entrevistada B 56 anos. No que se refere a escolaridade e principal atividade econômica da família, constatou-se que ambas possuem o ensino fundamental incompleto e desenvolvem apenas atividades agrícolas voltadas para a subsistência. Quanto ao tamanho das propriedades, tem-se 15 hectares no caso da entrevistada A e 16 hectares no que se refere à propriedade da entrevistada B.

Quadro 2: perfil socioeconômico dos entrevistados

ENTREVISTADA	RENDA PRINCIPAL	IDADE	ESCOLARIDADE	PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA	TAMANHO DA PROPRIEDADE (HECTARES)
A	BOLSA FAMÍLIA	29	FUND. INCOMPLETO	AGRICULTURA	15
B	APOSENTADORIA	56	FUND. INCOMPLETO	AGRICULTURA	16

Fonte: pesquisa direta 2014

⁴ De acordo com dados do INCRA, encontram-se assentadas hoje, na Paraíba, um total de 14.405 famílias que foram beneficiadas pelo Programa da Reforma Agrária.

4.1.2 Capacidade produtiva antes e depois do PRONAF

A dimensão capacidade produtiva busca identificar um aumento da produção dentro da unidade familiar estudada após a implantação dos recursos oriundos do PRONAF a partir da análise de suas variáveis, tais quais: condições de trabalho, aumento da produção e cultivo de outros produtos.

4.1.2.1 Condições de trabalho

Observa-se no tocante a variável, condições de trabalho que, de acordo com a fala dos entrevistados, é possível perceber uma melhora nas condições de trabalho dentro das propriedades rurais estudadas. Na família A, essa melhora é observada a partir da possibilidade de utilização de outros instrumentos de preparo da terra para o plantio, a exemplo da contratação de um trator para limpar e arar a terra, coisa que antes era feita nos moldes tradicionais com o uso de enxada e cultivador. De acordo com a entrevistada A:

“A gente sempre trabalhou na terra”. “A gente sempre usava inchada, cultivador e depois do PRONAF a gente pode contratar um trator pra limpar, pra “prantar” a palma.”.

Já na família B, essa melhoria apresenta-se a partir do momento em que parte da propriedade é cercada possibilitando assim, uma maior segurança para a criação de animais evitando furtos, como também, protegendo a área plantada da invasão de outros animais que possam vir a destruir a plantação.

“Eu num plantava não, tinha condição não (...) a gente plantou só umas bananeirinhas, o gado vinha de noite e comia (...) num tava tendo futuro nenhum (...) as cabras eram amarradas na corda e a gente “atucaindo” (...) as quatro que a gente tinha”.

Figura 1: cerca construída com recursos do PRONAF - família B



Fonte: pesquisa direta 2014

4.1.2.2 Aumento da produção

Quanto a variável aumento da produção, observam-se impactos positivos quanto ao plantio da palma e do capim, uma vez que o acesso aos recursos do PRONAF se deu justamente para o cultivo dessas culturas com a finalidade de servir de alimento para o gado.

Entretanto, não se observou impactos positivos quanto ao aumento da produção no que tange a agricultura de subsistência, isso porque, os recursos do PRONAF só podem ser utilizados para os fins aos quais se destinam. Nesse caso, não pode haver utilização dos

recursos pronafianos em ações que não estejam especificadas no projeto que foi elaborado por parte do técnico e que foi enviado ao banco.

“Percebi né? (...) depois da palma que a gente “prantou” a gente já tá tirando “pra prantar” em outros canto, porque elas são muito boa né?” (FAMÍLIA A).

Figura 2: palma plantada - família A



Fonte: pesquisa direta 2014

Figura 3: plantação de capim e cilo para alimento do gado – família A



Fonte: pesquisa direta 2014

No caso da família B, os recursos se destinavam a cercar parte da propriedade e a plantar capim para servir de alimento para o gado. De acordo com a fala da entrevistada, o cultivo do capim não gerou os resultados esperados, tendo em vista a escassez de água na região. Mesmo havendo, após o plantio do capim e da construção da cerca, recursos pronafianos disponíveis, estes não poderiam ser utilizados para outros fins, como por exemplo, para a compra de água, sem que houvesse previamente uma justificativa por parte da entrevistada beneficiária para tal ato junto ao gerente do banco.

(...)eu plantei dois hectares de milho ao redor de casa (...) mas com a seca grande o milho parou (...) como ele não botou espiga, ta alimentando as cabras né? (...) a gente diminuiu de comprar a ração.” (...) só prestou o capim sogro mas também ta morrendo com a seca e o outro como só é em área alagada num teve futuro (...) plantei de novo e num teve futuro.”

“(...) o capim elefante tem que ser num canto que tenha água todo dia ...aqui num tem condição né?(...) já plantei duas vezes e só morrendo(FAMÍLIA B).

Seria necessário reunir documentos (foto da plantação) e sistematiza-los em um relatório e apresenta-lo ao gerente do banco para que desse modo ele autorizasse a compra da água com a sobre do dinheiro referente à parcela que foi recebida.

Figura 4: área plantada da família B



Fonte: pesquisa direta 2014

4.1.2.3 Cultivo de outros produtos

No que diz respeito ao cultivo de outros produtos, observou-se que mesmo com a ajuda do PRONAF, ambas as famílias não conseguiram cultivar outros produtos devido à escassez de água no local, fato que foi bem pontuado pelas duas famílias entrevistadas. Percebe-se isso na fala abaixo:

“plantava milho, feijão jerimum, quiabo, melancia (...) tudo, fava” “(...) só essas coisas mesmo, por causa que esse cariri como ele é muito seco, ai só da pra plantar essas coisas mesmo (...) a chuva é pouca né? Num tem chovido muito.” (ENTREVISTADA A).

A localidade não possui água encanada e mesmo existindo barreiros e cisternas em ambas as unidades familiares, a oferta de água é bastante crítica, pois dar-se apenas em períodos de chuva, através de carros pipas disponibilizados pela prefeitura a cada quatro meses, ou através de uma cisterna comunitária que fica próximo ao assentamento. Constata-se isso quando a entrevistada B diz que:

A prefeitura de quatro em quatro meses manda um pipa pra gente beber, cozinhar. Quando é pra um bicho beber a gente bota numa carroça de burro um baldinho e vai lá na cisterna do governo que sempre tem água...lá em Boa Vista. Quando esta escasso de tudo a gente vai e compra um pipa, mas sempre tem que a prefeitura manda.

Desse modo, o PRONAF não conseguiu êxito quanto a variável cultivo de outros produtos, uma vez que, de acordo com Magalhães et al (2005, p. 58), entre outras coisas o Pronaf busca promover um aumento da capacidade produtiva de seus beneficiários, coisa que não pode ser observada na família B. Entretanto vale ressaltar que, para os fins aos quais os recursos se destinavam tanto na família A, quanto na B, pode-se observar impactos positivos.

Figura 5: cisterna para captação da água da chuva - família A



Fonte: pesquisa direta 2014

4.1.3 Geração de emprego

Essa dimensão busca a partir da variável capacidade de geração de empregos na unidade familiar após o PRONAF, identificar se os recursos provenientes do citado programa foram capazes de promover uma geração de empregos dentro da unidade familiar seja por meios formais ou informais.

4.1.3.1 Capacidade de geração de empregos na unidade familiar após o PRONAF

Na percepção da família A, o PRONAF não foi capaz de gerar empregos dentro da propriedade, uma vez que, mesmo havendo demanda de força de trabalho, os recursos financeiros originados da renda da família não eram suficientes para promover a contratação de pessoas e os recursos adquiridos por meio do PRONAF só poderiam ser utilizados para os fins aos quais se destinam⁵. Todas as etapas para o plantio são feitas pela entrevistada A e seu esposo. O que ocorre nesta unidade familiar é apenas uma cooperação de alguns amigos, uma troca de favores em períodos sazonais de colheita do capim, porém sem caracterizar vínculo empregatício. Isso fica bem claro na fala da entrevistada A quando esta diz que:

*(...) quando é época de fazer cilagem tem que chamar gente (...) tem que botar gente pra ajudar, porque é pra cotar o capim, ai tem que botar gente pra ajudar (...) pra moer o cilo (...) mas pra plantar é só nós dois mesmo”
“(...) os que vem eles planta também o cilo ai meu esposo vai lá e ajudar, ai eles vem e ajuda a gente. (ENTREVISTADA A).*

Por outro lado, do ponto de vista da entrevistada B, houve sim uma geração de emprego em sua propriedade, mesmo que de forma temporal e não formal, uma vez que foi necessária a contratação de duas pessoas para a construção da cerca ao redor de sua propriedade. É possível observar isso na fala da entrevistada B no trecho abaixo:

(...) eu contratei (...) Eu paguei setecentos e um quebrado pra ele abrir todinho, arrancar os tocos, deixar plano (...) aí eu fiquei sem dinheiro, ai eu disse: só vou pagar a você pra fazer quando sair a segunda etapa. Ai eu chamei o mesmo rapaz ... os dois, ai eles cavaram os buracos, cortaram as estacas e fizeram a cerca, ai eu paguei mil e seiscentos aos dois.

Figura 6: cerca construída com recursos do Pronaf – família B



Fonte: pesquisa direta 2014

⁵ No caso da família A, os recursos do PRONAF eram voltados para o plantio da palma, do capim e para a construção de um açude dentro da propriedade. Os mesmos não poderiam ser usados para outros fins que não fossem esses, a não ser que por meio de autorização do gerente do banco através de um relatório que justificasse tal necessidade.

4.1.4 Renda

Essa dimensão busca a partir das variáveis, comercialização do excedente em feiras livres ou parcerias com supermercados, aumento da renda familiar após o PRONAF e realização de outra atividade econômica além da agricultura familiar, verificar se foi possível a partir do PRONAF obter um fortalecimento da renda familiar.

4.1.4.1 Comercialização do excedente em feiras livres ou parcerias com supermercados

No tocante a comercialização do excedente em feiras livres e em supermercados através de parcerias, a entrevistada A em sua fala afirma que tudo o que é produzido em sua propriedade é voltado apenas para o consumo da família e dos animais que eles criam. Evidencia-se isso no trecho a seguir:

“(...) a gente não vende, é só pra gente consumir, o milho é pras galinhas, pra o gado, o feijão a gente não vende, é só pra gente comer, é só pra gente consumir” (ENTREVISTADA A).

Percebe-se também a não comercialização de excedentes de produção na família B, onde tudo o que é produzido é destino apenas para o consumo próprio devido à falta de água, como mostra a fala da entrevistada B:

“Por enquanto só dá pra gente comer, dar pra um filho, dar pra outro porque o problema aqui é a água... o pouco que lucra é pra nossa reserva de casa”.

4.1.4.2 Aumento da renda familiar após o PRONAF

Quanto ao aumento da renda familiar verifica-se na fala da entrevistada B que houve esse aumento principalmente pelo fato dela ter cercado a sua propriedade e assim poder passar a criar animais sem que os mesmos fossem furtados. A entrevistada relata que pode recuperar e aos poucos aumentar a criação de animais que são destinados tanto para a alimentação da família, como também, para pequenas comercializações gerando assim um aumento da receita da família. Isso fica claro quando ela diz:

(...) eu já tinha umas cabrinhas, com as cabras, elas tendo onde ficar sem alguém levar, como já levaram seis cabeças, aí elas vão tendo os filhotes aí a gente vai vendendo um, dois (...) eu num compro galinha pra comer, eu num compro bode pra comer. Quando a gente quer comer um carneiro a gente tem, tanto pra comer como pra vender, aí de qualquer maneira gera lucro (...)” “(...) a gente pode soltar os bicho e os outros num vem buscar (ROUBAR) (...) antigamente era aberto, era soltando e o cabra levava” “Eu só sei que eu tive um prejuízo de dois mil e quinhentos reais nesses cinco animais que levaram(...) e depois da cerca não, eu solto os bichos tranquila, vejo sair e vejo chegar, aí num dá prejuízo, dá ao contrario ... lucro (ENTREVISTADA B).

No que diz respeito à família A, percebe-se na fala da entrevistada que houve um pequeno aumento na renda total da família após o PRONAF, renda esta onde parte é proveniente da venda semanal do leite das vacas que são criadas na propriedade e a outra parte vinda do Programa Bolsa Família. No entanto não fica claro na fala da mesma a

existência de uma relação direta entre o aumento dessa renda e o benefício recebido do PRONAF uma vez que tal benefício era destinado à compra e plantio de palma e capim e não para a compra de cabeça de gado como pode ser observado em sua fala a seguir:

“Ai tem o leite das vacas que a gente tem aquele dinheiro durante a semana (...) era uns cento e cinquenta reais e agora é uns duzentos e cinquenta... porque como comprou umas vaquinhas aí aumentou mais o leite”. (ENTREVISTADA A).

Observa-se que a renda principal⁶ das duas famílias entrevistadas é proveniente de benefícios do governo, pois apenas os recursos provenientes da atividade agrícola não seriam suficientes pra prover as despesas da família. Esse fato fica bastante claro na fala de Vargas (2012, p. 93) quando diz que o que viabiliza a permanência dos agricultores familiares no campo, são os benefícios que estes recebem do governo federal.

4.1.5 Crédito

A dimensão crédito subdivide-se em quatro variáveis que buscam verificar a facilidade de acesso ao crédito do PRONAF. Tais variáveis são: dificuldade para a concessão do crédito, acesso a outra linha de crédito, forma de pagamento do crédito e pontos que podem ser melhorados no PRONAF.

4.1.5.1 Dificuldades para a concessão do crédito

De acordo com as duas famílias, não houve dificuldades em estar acessando o crédito do PRONAF. Evidencia-se sim, uma burocracia que é normal em qualquer outra concessão de recursos financeiros, porém nada que torne dificultosa a liberação do dinheiro. É possível constatar isso nas falas a seguir:

Não. Teve muitos documentos... porque esse PRONAF foi assim, pra quem já cria já animais, se você não tiver nada eles não aceita (...) quem tem de levar é o técnicos todos os documentos da gente ai depois eles chama a gente lá (...) já pra receber o dinheiro. O técnico vem faz o relatório “todim” pra poder levar pra eles liberar. (ENTREVISTADA A).

“Não, faz a entrevista, eles vem aqui, o fiscal. Aí o técnico acompanhando... aí é só entrevista, entrevista... rapidinho saiu, num passou nem dois meses”. (ENTREVSITADA B).

4.5.1.2 Acesso a outras linhas de crédito

Observa-se no tocante a segunda variável que ambas as famílias tiveram acesso a outras linhas de crédito rural. No caso delas, por estarem inseridos no Programa de Reforma Agrária por parte do INCRA, ambas receberam um crédito fomento assim que foram assentados em seus lotes, bem como também o credito mulher, relatado pela entrevistada B e um crédito para financiar a construção da casa e outra para a construção de uma cisterna

⁶ Ver tabela 2 no item 4.1.1 que detalha os aspectos socioeconômicos das famílias entrevistadas.

dentro da propriedade. Com exceção do PRONAF, todos os outros créditos foram por meio do INCRA e do Programa da Reforma Agrária.

A entrevistada B, diz que:

Já tive os primeiros fomentos pelo INCRA (...) que é pra gente comprar tonel, inchada, foice, legumes pra plantar. Inclusive agora vai sair um crédito mulher: o que você quer fazer com seu crédito mulher de três mil e duzentos reais? O meu eu vou comprar ovelha.

Já a entrevistada A, relata que:

assim, de crédito a gente teve o fomento que foi pra comprar alimento, animal e ferramenta (...) foi os primeiro crédito que a gente recebeu (...) que foi três mil e quinhentos reais que foi pra comprar, feira, ferramenta e um animal, aí depois sai o crédito pra fazer a casa que foi doze mil reais (...) e saiu três mil pra fazer a cisterna.

4.1.5.3 Forma de pagamento do PRONAF

Quanto à forma de pagamento, o PRONAF apresenta condições bem flexíveis aos seus beneficiários. Embora não tenham certeza realmente como se dará a forma de pagamento, pois no ato da concessão do crédito por parte do banco isso não ficou de imediato especificado. Ambas as famílias relataram que de acordo com o que elas ouviram falar, o início do pagamento dar-se-á partir do recebimento da última parcela do crédito visto que é liberado por etapas. A partir do momento em que a família vai executando a obra para a qual o recurso do PRONAF foi solicitado, ocorre a comprovação da execução através de relatórios junto ao banco. Só depois de comprovada a utilização da primeira parcela para os fins de destino é que ocorre a liberação da parcela seguinte.

Sendo assim, após o recebimento da última parcela, a família tem três anos para começar a pagar o PRONAF por meio de parcelas anuais. Não havendo atrasos no pagamento, ambas as famílias relataram que na oitava parcela o crédito estaria quitado, porém são apenas especulações, pois não houve ainda um posicionamento por parte da instituição credora. É possível verificar essas questões nas falas a seguir:

A entrevistada A relatou que: “É daqui a três anos, quer dizer que a gente vai começar a pagar (...) como a gente tirou doze mil, a gente só paga nove mil, pagando direitinho, com as parcelas certinhas (...) vai pagando mil reais por ano”.

Já a entrevistada B:

(...) pra gente pagar é mais fácil né? Eu ouvi dizer que é anual sabe? As parcelas (...) eles só vão dizer quando eles soltarem a última parcela (...) ele só diz isso quando a gente executa a última parcela (...) que a gente faz o que tinha de fazer, aí ele diz: o agora a senhora vai começar a pagar em tal tempo (...) na oitava parcela se for tudo em dia sem passar da data, aí disse que na oitava já encerra, mas é só boato, o gerente num disse isso não.

4.1.5.4 Pontos que podem ser melhorados no PRONAF

Quanto aos possíveis pontos de melhoria do PRONAF tem-se que: do ponto de vista da entrevistada A um ponto que poderia ser melhorado seria a forma de pagamento no que tange ao valor das parcelas, pois de acordo com ela, mesmo sendo parcelas anuais, para a

realidade de sua família, mil reais ainda é um valor alto. É possível constatar isso quando ela diz:

“Assim, o meio de pagar eu acho (...) a gente que é pobre, que vive nessa terra que ganhou eles diminuir assim as parcelas de pagar, assim de mil diminuir pra menos, mil pra quem é pobre é pesado entendeu? Na minha opinião pra melhorar seria assim” (ENTREVISTADA A).

Já, do ponto de vista da entrevistada B, um ponto que poderia ser melhorado seria a forma de liberação do valor financiado, ou seja, o recurso poderia ser liberado em parcela única e não parcelado, pois assim, as obras para as quais o recurso é liberado seriam realizadas mais rapidamente e os impactos provenientes da implantação do PRONAF poderiam ser observados em um curto espaço de tempo. Porém, a entrevista B reconhece que esse parcelamento é uma estratégia do banco para ter certeza que os recursos serão utilizados dentro fins para os quais se destinam. Percebe-se isso quando ela diz que:

(...) ele solta de pedaço, vamos supor, solta quatro mil, aí eu tenho que gastar, o técnico tem que vir aqui (...) aí vai entra outra etapa e tudo de novo: ele vem investigar bater foto (...) na minha opinião, quando a gente fizesse o PRONAF (...) ele soltasse o dinheiro de uma vez, aí a gente fazia o serviço rápido, mas eles sabe o que faz né? Por que o tanto de corrupção que tem em assentamento, eu acho que eles são precavidos (...) eles vão soltando e vão sabendo o que o cabra ta fazendo (ENTREVISTADA B).

Os pontos que foram levantados quanto a possíveis melhorias estavam ligados à forma de pagamento e liberação do crédito. Vargas (2012, p.81) deixa claro em seu trabalho que muitas vezes a instituição credora faz uso de estratégias como a liberação do crédito de forma parcelada como forma dela se precaver quanto as possíveis inadimplências, evitando assim possíveis riscos nas operações financeiras.

4.1.6 Contribuições do PRONAF para melhorar a qualidade de vida

Esta dimensão busca avaliar se o PRONAF foi capaz de promover uma melhora na qualidade de vida de seus beneficiários por meio das variáveis: pontos que apresentaram melhorias e capacidade de atendimento das necessidades.

4.1.6.1 Pontos que apresentaram melhorias

No que se refera a variável, pontos que apresentaram melhorias, ambos os entrevistados se mostraram satisfeitos com o Programa uma vez que foi a partir desse recurso que eles tiveram a oportunidade de plantar a palma e o capim e de futuramente, com a liberação das outras parcelas, construir uma barragem na propriedade, como é o caso da família A, como também, melhorar a estrutura da propriedade, fato este observado na propriedade da família B através da construção da cerca. Essa satisfação com o programa também foi percebida por Vargas (2012, p.111) quando esta identificou que a grande maioria dos beneficiários do PRONAF, os que realmente investem os recursos em sua propriedade, apresentou elevado grau de contentamento e aprovação quanto ao PRONAF.

Constatam-se esses resultados no relato da entrevistada A, a seguir:

Sim, assim, a gente precisa muito de uma ajuda pra plantar a palma que a gente não tinha condições de comprar a palma pra plantar, pra fazer essa

barragem,(...) que é pra quando chover a gente ter água né? (...) pra não estar em dificuldade, ai foi isso, pra isso, serviu muito, ajudou muito.

Quanto aos pontos que apresentaram melhorias, a entrevistada B diz:

Com certeza (...) a questão da cerca, que a gente tinha uma barragem, ai a gente cercou a barragem (...) quando chover num é mais como era, o gado dos outros vinham e bebiam, tinha bicho que morria na barragem ai a água só prestava mesmo pra os animais (...) é uma coisa que vai melhorar cinquenta por cento.

Figura 7: palma – família A; cerca – família B.



Fonte: pesquisa direta 2014

4.1.6.2 Capacidade de atendimento das necessidades

Já no tocante a capacidade de atendimento das necessidades, ambas as famílias afirmaram que o PRONAF ajudou, porém não atendeu a todas as necessidades sendo a principal delas, a construção de um poço na propriedade para sanar o problema da escassez de água. É importante ressaltar que a modalidade que ambas as famílias acessaram foi o PRONAF estiagem que promove a liberação de créditos no valor máximo de doze mil reais. Sendo assim, essa questão da água só poderá ser solucionada, por meio do acesso a linha de crédito que libera valores superiores vinte mil reais. Só assim seria possível equacionar a problemática da falta de água através da perfuração de um poço.

Quanto ao ponto anterior, a entrevistada B diz:

“Assim, todas, todas num dá não porque doze mil ajuda mais não é suficiente (...) o PRONAF vai ser melhor quando (...) a gente terminar de pagar PRONAF de doze mil aí à gente acessa o de vinte e um mil, aí eu vou fazer um poço (...) eu tendo água, é fartura o ano todo.”

Já o esposo da entrevistada A diz que: *“Tudo não, uma parte, se pudesse furar um poço melhorava (...) aqui a gente sofre muito com a água, tem que ir buscar fora (...) quando bate o tempo seco fica ruim pra água”*.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Por meio do estudo realizado no assentamento Pequeno Richard, próximo ao município de Campina Grande/PB, conclui-se que o PRONAF foi capaz de gerar impactos positivos nas propriedades estudadas no que se refere às variáveis: condições de trabalho, capacidade de geração de empregos, aumento da renda familiar. Verificou-se também que não existem dificuldades por parte dos agricultores em estar acessando os créditos do PRONAF.

Embora tenha sido possível identificar uma melhora na qualidade de vida dos beneficiários, o PRONAF, dentro da linha que acessada pelos mesmos, ainda não é capaz de atender a todas as necessidades dos beneficiários.

O PRONAF conseguiu gerar impactos positivos no que se refere a melhoria nas condições de trabalho, fato que ficou bem claro na fala das entrevistadas. No que diz respeito a variável aumento da produção, este só foi notório na família A através do plantio da palma e do capim. Por sua vez, impactos negativos nessa variável no tocante a família B. A variável cultivo de outros produtos apresentou impactos negativos em ambos os casos, tanto na família A quanto na família B. Tal efeito negativo se deu pelo fato da escassez de água na localidade e pela impossibilidade da utilização dos recursos do para outros fins que não sejam aqueles especificados no projeto. Talvez essa inflexibilidade do programa tenha feito com que essas duas últimas variáveis tenham apresentado resultados negativos.

Quanto à capacidade geração de empregos, observaram-se impactos positivos apenas em uma das duas famílias entrevistadas, ou seja, na família B. Embora tenha se dado de maneira informal, o PRONAF foi capaz de gerar emprego temporário nessa unidade familiar devido à necessidade de mão de obra para a construção da cerca ao redor da propriedade.

Quanto à questão do aumento da renda, foi possível observar impactos positivos em ambas as famílias após o acesso ao crédito do PRONAF. Na família B esse aumento se deu pelo fato da propriedade ter sido cercada permitindo assim a retomada da criação de alguns animais destinados tanto para a alimentação da família, como também para pequenas comercializações. Na família A, de acordo com a fala da entrevistada, também se observou um aumento na renda familiar em decorrência do crescimento das vendas semanais do leite, obtido a partir das cabeças de gado que são criados na propriedade. Entretanto, não foi possível observar, na fala da mesma, uma relação direta entre esse aumento da renda e o benefício recebido do PRONAF, pois esse se destinava à compra e plantio de palma e capim, não podendo assim ser utilizado para outros fins se não esses.

Quanto ao crédito, observaram-se impactos positivos quanto à facilidade de acesso, porém existem alguns pontos que podem ser melhorados como, por exemplo, a forma como esse é liberado e as formas de pagamento, que poderiam ser mais bem detalhadas no ato da liberação do crédito, coisa que de acordo com a fala das entrevistadas, não é.

No que diz respeito à dimensão contribuições do PRONAF para melhorar a qualidade de vida, ambas as famílias mostraram-se satisfeitas com o programa, entretanto ele ainda não é capaz de atender às suas necessidades em sua totalidade. Para isso, seria necessário acessar outras linhas de crédito do PRONAF, o que no momento não é possível tendo em vista a não quitação do primeiro crédito.

Ao término do estudo, foi possível observar pontos do PRONAF que necessitam de melhorias, tais quais: forma de pagamento e a maneira como se dá a liberação do crédito após o mesmo ser concedido. Outra questão observada a partir do estudo diz respeito à inflexibilidade que o programa apresenta frente a algumas necessidades dos beneficiários ao longo do processo de produção no campo.

É importante destacar que a pesquisa não se encerra aqui, uma vez que foi possível observar várias lacunas que merecem uma maior atenção posteriormente. Como exemplo, destaca-se a pequena quantidade de famílias no assentamento que acessaram o PRONAF. Tal fato chama a atenção, uma vez que existe um total de cinquenta famílias assentadas, e apenas quatro acessaram o programa. Qual o conhecimento que essas outras famílias tem acerca do PRONAF? Quais as motivações que as levam a não acessar os recursos dessa Política pública voltada para o seguimento da agricultura familiar? Essas e outras questões podem vir a ser respondidas a partir da realização de outros estudos subsequentes.

REFERÊNCIAS

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales: **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n1/a06v49n1.pdf> Acesso em: 12 de junho de 2014.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. **Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica no município de pelotas/RS.** Disponível em: http://orgprints.org/20090/1/Finato_agricultura.pdf Acesso em 12 de junho de 2014.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Relatório de Resultados e Impactos – exercício de 2012 – primeiro semestre)

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** 2012. 280f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Catia-Grisa.pdf> > Acesso em 15 de junho de 2014.

IBGE – instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Agropecuário 2006. 775f.

MAGALHÃES, André Matos; SILVEIRA NETO, Raul; DIAS, Fernando Mendonça; BARROS, Alexandre Rands. **A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: Uma análise por meio do Propensity score.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n1/28698.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denise. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v.15, n.4, 731-747, Jul/Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf> Acesso em 15 de junho de 2014.

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos.** 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/11006> Acesso em: 26 de junho de 2014.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. **Efeitos do Pronaf sobre a agricultura familiar dos municípios tocantinenses.** Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/184590/2/Artigo%208.pdf> Acesso em 26 de junho de 2014.

Banco do Nordeste – Relatório anual 2012.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro. **Avaliação Psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado da Paraíba.** 2008. 192f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Rural e Avaliação de Programas Sociais – NEDRAPs, Universidade Federal da Paraíba, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n1/07.pdf> Acesso em 10 de julho de 2014.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. **O (Des)envolvimento no Pronaf: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses.** 2013. 277f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30102013-123024/pt-br.php> Acesso em 10 de julho de 2014.

VARGAS, Daiane Loreto de. **Políticas Públicas e diversidade na agricultura familiar: um estudo do Pronaf em Cachoeira do Sul/RS.** 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2012. Disponível em: <http://www.ppgexr.com.br/arquivos/Dissertacao%20Daiane%20Loreto%20de%20Vargas.pdf> Acesso em 10 de junho de 2014.

VELOSO, Fernando. **Políticas Públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA.** 2011. 249f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/fernando_veloso.pdf Acesso em 20 de julho de 2014.

ZANI, Felipe Barbosa; COSTA, Frederico Lustosa da. **Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/30887> Acesso em 23 de julho de 2014.